

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de março de 2025.

PRESIDENTE: DEPUTADA IVANA BASTOS

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marcone Amaral, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (60)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Solicito, à Sr.^a Segunda-Secretária, deputada Fátima Nunes, que faça a leitura das atas.

A Sr.^a SEGUNDA-SECRETÁRIA ad hoc (Fátima Nunes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões especiais: 4ª e 5ª, realizadas, respectivamente, em 20 de março de 2025; e 6ª, realizada em 21 de março de 2025.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Não há expediente a ser anunciado.

Passemos ao Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, imprensa, servidores, servidoras. Presidenta, hoje pela manhã – V. Ex.^a estava presente – o governador Jerônimo Rodrigues fez uma apresentação para a sociedade civil organizada, especialmente, com as presenças de parlamentares e secretários, das ações que ele inicia, a partir de hoje, para a cidade Salvador.

São grandes os investimentos, em torno de quase R\$ 1 bilhão, para a cidade de Salvador nas áreas de educação, cultura, meio ambiente e infraestrutura. Isso orgulha a todos nós e aos soteropolitanos que, no aniversário da cidade de Salvador, terá ações do governo do estado da Bahia que, sem dúvida alguma, nos orgulham e orgulham a população.

Deputado Samuel, somos contemporâneos do antigo Balbininho, onde eu jogava bola, que era um centro junto à antiga Fonte Nova, um parque poliesportivo para atender às demandas do município e do estado, inclusive, competições internacionais. E nós perdemos aquele espaço com a criação da Arena Fonte Nova.

E, agora, o governador apresenta um novo projeto em São Marcos para fazer um novo equipamento mais moderno, a fim de substituir o antigo Balbininho com o intuito de ter competições municipais, estaduais e internacionais que sirvam para atender à população de Salvador e da Bahia, dentro do mesmo conceito que nós tínhamos no passado.

Por último, deputado Samuel, deputadas Ivana Bastos e Fátima Nunes, eu quero reafirmar o compromisso político que nós fizemos nesta Casa. Eu tenho legitimidade para colocar essa questão aqui. Quando o meu nome estava posto para a Primeira-Vice-Presidência da Casa – entendendo naquele momento que o governador tinha feito um compromisso político junto com os deputados do PSD – nós construímos uma pactuação de que a Vice-Presidência, numa eventual substituição de V. Ex.^a à Presidência da Casa, como aconteceu, caberia e caberá ao Partido dos Trabalhadores. Essa pactuação foi validada, inclusive, pelos líderes da Base do Governo.

E esse compromisso político, a senhora tem colocado, publicamente, todos os dias, inclusive, hoje, na reunião com o governador Jerônimo Rodrigues. Nós fizemos uma reunião da federação e do PT e escolhemos, para assumir essa posição, a deputada Fátima Nunes.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

Ninguém – ninguém! – tem legitimidade para colocar o nome, pelo Partido dos Trabalhadores, para disputar essa posição, senão validado pelo Partido dos Trabalhadores ou pela federação. Então, eu quero reafirmar esse compromisso político para a gente poder resolver isso, de uma vez por todas. Nós não podemos...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) estar sob uma indefinição jurídica. Precisamos resolver.

Estava conversando com a área técnica e acho que, por dispensa de formalidade, a gente poderia resolver essa questão ainda hoje na Casa, porque nós votamos todos os projetos com dispensa de formalidades, suspendendo todas as formalidades.

E, se a gente pode fazer isso, acho que podemos resolver hoje e eleger Fátima Nunes para o cargo de vice-presidenta. Assim, teremos duas mulheres conduzindo esta

Casa: a deputada Ivana, como presidente, e a deputada Fátima Nunes, como vice-presidente desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr.^a Presidente, deputada Ivana Bastos; Sr.^a Vice-Presidente, deputada Fátima Nunes, dá um prazer imenso dizer isso. Eu diria que este é um momento histórico de felicidade ao olhar para essa Mesa e ver duas mulheres ocupando esses espaços. Isso vai libertar as mulheres de verdade! Se as mulheres não ocuparem espaços de poder na sociedade, espaços decisórios, não acredito...

Então a igualdade passa, justamente, pela possibilidade de exercer o poder de forma igual, de ter renda de forma igual. Então, que as mulheres garantam assim, de fato, a liberdade, porque é impossível se falar que nós vamos chegar a construir uma democracia neste país que não passe pela igualdade, pela participação, pela questão do gênero.

Por isso, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia passa a ser uma referência neste país, sendo, agora, dirigida por duas mulheres.

Então queria registrar isso, porque eu estou me acostumando. Foram muitos anos e muito além de a gente estar aqui presente. São 190 anos olhando para uma Mesa de homens.

Então, deputada Fátima Nunes, a senhora não sabe o prazer imenso que isso nos dá. Nós precisamos resolver, porque, do ponto de vista jurídico, vendo o Regimento, ali já diz que, em caso de vacância, a suplente assumiria automaticamente. Então, já que se resolveu fazer uma eleição, para dirimir qualquer dúvida do ponto de vista jurídico, que a gente faça essa eleição, que a gente vote por unanimidade para que a gente encerre este momento e continue vendo o exercício, de fato, do poder por duas mulheres.

Isso é uma referência para a nossa sociedade como um todo, numa sociedade muito violenta que trata velhos, que trata crianças, que trata as mulheres com muita crueldade. Nós vemos principalmente.... A maioria dos indicadores se dá justamente dentro das casas. Ali são parentes, ali são padrastos, ali são pais que cuidam e dão, de forma cruel, os filhos ali, os enteados...

Então, para melhorarmos os índices de feminicídio, da misoginia, da violência contra as mulheres na sociedade baiana, nós precisamos avançar nesse processo de ocupação.

Então, nos aparelhos de controle, nos aparelhos policiais também vêm tendo essa mudança, mas nós precisamos de uma ação! Nós precisamos de leis. Nós precisamos de ação repressiva. Mas nós precisamos...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) também do senso comum.

Então, ao ver esta Assembleia Legislativa ser dirigida por duas mulheres, é também um reforço na luta contra a violência, contra o feminicídio e, principalmente, a favor da igualdade de homens e mulheres para se construir a verdadeira democracia neste país.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

Parabéns às duas grandes deputadas que ora nos dão esta grande alegria.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr.^a Presidente, quero começar mostrando aqui a nossa placa: “Cadê o PL 25.491/2024?”

(As galerias se manifestam com palmas.)

A sessão está sendo, obviamente, transmitida pela *TV ALBA*, marcando uma situação que precisa de uma resolução desta Casa. Deputado Marcelino Galo, registro as presenças dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário que estão, até agora, tentando entender para onde foi o PL nº 25.491/2024.

Esse é um PL que chegou redondo a esta Casa, porque as negociações já teriam sido feitas. Aliás, praticamente, foi um comunicado do Judiciário estadual do seu compromisso de, com recursos próprios do Orçamento do Judiciário... Daqui a pouco, nós vamos falar de democracia, mas eu queria dizer que não existe independência entre os poderes, não existe o mínimo de referência democrática sem independência financeira.

Então, à medida que o Judiciário diz “nós temos recursos, só vamos fazer a previsão orçamentária para implementação do PCCV”, que é o que está por trás do Projeto de Lei nº 25.491/2024, que versa sobre o plano de carreira, cargos e vencimentos dos trabalhadores do Judiciário, para mim, estava pacificada a situação. Ocorre que o projeto não se movimenta nesta Casa. Os trabalhadores iniciam o processo de mobilização. Já deliberaram estado de greve.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Estou errado?

Participantes das galerias: Não!

O Sr. HILTON COELHO: Porque, simplesmente, na semana passada, o governo dá sinalizações, mas a própria presidenta do TJ, Cynthia Maria, diz não estar certa da aprovação do PL.

Para nós, isso, como disse, é uma afronta à democracia e é uma afronta à possibilidade de nós termos uma categoria que é central neste estado... Porque, sem direito à justiça, não há direito a nada, deputada Ludmilla. Não é isso? O direito ao meio ambiente, o direito à saúde, o direito à educação, o direito à segurança pública, tudo passa pelo direito à justiça. Como a Bahia vai tratar os seus trabalhadores do Judiciário com esse nível de indiferença? E nós não vamos entender que nós estamos agredindo o próprio direito do povo brasileiro.

Então nós não descansaremos enquanto o PL do PCCV não for aprovado nesta Casa.

Portanto estamos aqui mostrando, mais uma vez, a placa. Já fizemos ontem. Vamos fazer em toda a sessão: Cadê o PL nº 25.491, o PL do PCCV?

Esta Casa precisa tirar o projeto da Secretaria-Geral da Mesa. Espera-se que ele tramite rapidamente e se faça a votação para, minimamente, ter a preservação do sentido de autonomia entre os Poderes na Bahia.

Parabéns pela luta! Nós estamos com vocês em todas as mobilizações para a gente ter essa vitória para o povo da Bahia, não apenas, exclusivamente, para os servidores, mas para todos os baianos e baianas que precisam de uma Justiça que seja séria.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr.^a Presidente, queria marcar, também, a situação dos concursados de Camaçari. O concurso foi feito, em 2023, num quadro em que só na educação... O concurso é de vários segmentos do serviço público de Camaçari. Mas, só na educação, nós temos 704 Redas confirmados, ou seja, são pessoas que estão num regime de trabalho absolutamente inseguro, precarizado, sem carreira, portanto, sem condição de dar o seu melhor.

E, ao mesmo tempo, há um concurso que estabeleceu mais de 540 habilitados e habilitadas. E as pessoas, simplesmente, não são convocadas. De 2023 para cá, mesmo com o início do governo de Caetano em Camaçari, houve, apenas, um convocado no concurso. Imaginem, só na educação, nós temos mais de 700 Redas. Isso só na educação! O concurso foi feito para todas as áreas, a exemplo da saúde, técnicos administrativos, enfim, diversas áreas. Só na educação caberiam mais de 700!

Como o prefeito Caetano não faz a convocação? E nós queremos dizer que Caetano recebeu o apoio do Partido Socialismo e Liberdade. Nós chegamos...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a fazer uma declaração pública de apoio. Essa será uma decepção muito grande se a prefeitura não estabelecer essa entrada dos novos servidores.

Falo isso, Sr.^a Presidente, porque, agora mesmo, está tendo uma mesa de negociação com a prefeitura. A expectativa é a de que essa mesa saia com a resolução que seja a convocação dos habilitados no concurso de 2023. Todo apoio a essa luta!

E só para concluir, Sr.^a Presidente, não poderíamos deixar...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de marcar aqui o julgamento de Jair Bolsonaro. É muito importante que a condenação venha, porque a pergunta que não quer calar é: como não condenar alguém que atuou, praticou e organizou um processo que visava a suspender o Estado democrático de direito? Como não condenar alguém que tramou o assassinato de um presidente da República? Como não condenar alguém que tramou o assassinato de ministro de estado?

Dentre outras coisas que o processo já está revelando através desse depoimento, muita coisa está saindo. Tudo, tudo fala a favor da condenação de Jair Messias Bolsonaro. Será uma desmoralização para a República brasileira se essa situação escandalosa de atentado contra a nossa democracia... E quando a gente fala de atentado contra a democracia, deputado Marcelino, nós falamos, dentre outras coisas, de calar vozes e de matar pessoas.

Quem tem a ilusão de que se aquele golpe de 8 de janeiro tivesse sido vitorioso muito sangue não seria derramado no Brasil? Obviamente, muito sangue seria derramado. Portanto, é uma situação extremamente grave que merece um posicionamento firme da maior Corte do País.

Sem anistia para golpistas!

Nem para Bolsonaro, nem para o sete que lhe acompanham.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Felipe Duarte pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FELIPE DUARTE: Sr.^a Presidente, Srs. Colegas aqui do Plenário, imprensa, pessoal das galerias que nos visita.

(Lê) “Ex.^{mos} Srs. Deputados e Deputadas, nas últimas duas semanas, subi a este púlpito para manifestar a minha indignação quanto aos ‘desserviços’ prestados pela Aviação Novo Horizonte e do seu desrespeito com a população do Sudoeste baiano.

Citei as notícias que saíram na imprensa nos últimos 2 meses: acidentes com vítimas fatais, ônibus quebrados em trechos do itinerário e o absurdo de um motorista ajoelhado no asfalto agradecendo a Deus por ter evitado um acidente na Serra do Marçal por falta de freios.

Fizemos a publicação desses vídeos nas minhas redes sociais. O que eu não imaginava era o alcance e a proporção que esse assunto tomaria.

Tenho recebido inúmeras manifestações e centenas de mensagens de apoio e concordância a cada uma das minhas palavras. E há ainda mais relatos de descasos com passageiros. Cada relato assusta mais do que o outro.

Eles apontam para a má conservação dos veículos, incêndios, acidentes com vítimas fatais, falta de manutenção, condições indignas nos pontos de paradas e atrasos constantes.

São diversos os relatos de condições degradantes nas viagens, passando pela insalubridade, insegurança e até mesmo o risco de vida.

Não estamos falando, gente, somente de fatos isolados e, sim, de uma recorrência de desrespeito com a população baiana e de um descumprimento das obrigações contratuais na prestação de serviços de transporte rodoviário.

Por esse motivo, Sr.^a Presidente, ainda hoje, eu vou protocolar, na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, um requerimento de criação de uma comissão representativa de parlamentares dessa comissão, para uma visita técnica às instalações e escritórios da Aviação Novo Horizonte no estado da Bahia.

São deveres constitucionais dos parlamentares, assegurados pelas Constituição Federal, Constituição do Estado da Bahia e pelo Regimento Interno desta Casa, promover a defesa do interesse público; fiscalizar e acompanhar o bom cumprimento dos contratos públicos, firmados sobre a égide de cada constituição.

O nosso dever, como parlamentares, é usar das ferramentas legislativas constitucionais legais para garantir, ao povo da Bahia, o acesso aos serviços públicos com eficiência, acessibilidade e excelência.

Sobre isso, os baianos e as baianas, em especial, do meu Sudoeste podem contar com o meu empenho, com o meu suor e com o trabalho incansável em busca do melhor resultado de todos.” Tenho certeza também de que podem contar com o empenho dos outros representantes que fazem parte daquela região Sudoeste.

(Lê) “Conclamo os meus pares, nobres deputados, para encampar esta batalha comigo em prol do povo baiano e contra desrespeito à população!”

Eu quero dizer que não irei me cansar de vir a esta tribuna, Ivana, a senhora é usuária, também, dos serviços da Novo Horizonte. A senhora sabe, exatamente, do que eu estou falando. Então, eu vou insistir, recorrentemente, até que uma providência seja tomada.

Quero parabenizar, mais uma vez, o nosso vereador de Guanambi, Neto de Dim, pois ele tem buscado, junto com os seus pares vereadores, de todas as cidades da região, organizar uma discussão para a gente levar essa manifestação...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a toda a Bahia.

Estou com o requerimento, e já o protocolarei.

Espero o reconhecimento e a adesão dos meus pares para que esta luta não seja só minha, mas de todo povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Samuel Junior pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr.^a Presidente, deputada Ivana, ao tempo que quero saudar a senhora, saúdo a nossa próxima vice-presidente, a deputada Fátima Nunes, assim como a deputada Cláudia, deputada Ludmilla, pois, hoje, a nossa Mesa está mais bonita. Lógico, digo isso com respeito às Sr.^{as} Deputadas. Mas isso mostra a valorização deste Parlamento, também, com as mulheres. Está faltando mais um assistente. Espero até que uma outra deputada chegue.

Então aproveito este mês de março para, mais uma vez, homenagear todas vocês, deputadas, que têm feito um grande trabalho. Eu sempre digo que, às vezes, deputada Ludmilla, a gente pode ter, até, as nossas divergências políticas, mas prevalece o respeito que nós temos um pelo outro e o respeito por vocês mulheres que são mães, são esposas, algumas de vocês, inclusive, já são avós, mas se dedicam ou dedicam tempo também da vida de vocês para estar servindo à Bahia.

Então eis o meu reconhecimento e o meu carinho por todas vocês, mulheres deputadas.

Espero, deputado Rosemberg, apesar de discordar de V. Ex.^a em parte, que este mês ainda de março, deputada Cláudia, a gente possa, de fato, oficializar a deputada Fátima Nunes, porque ela foi eleita suplente, tanto ela como a deputada Soane e o deputado Zé Raimundo, que foram eleitos suplentes no dia 3 de fevereiro, para substituir alguém na vacância.

O que houve, de fato, foi a vacância de um cargo. E como vocês já decidiram que seria a deputada Fátima, então, independente até de discordar – vocês sabem os meus posicionamentos em relação ao partido que vocês fazem parte –, deputado Robinho, eu acho que o que está escrito na nossa lei, nós precisamos cumprir.

Espero que, ainda, neste mês de março, a gente possa fazer isso, pois eu acho que é mais uma forma que nós temos de estar homenageando as nossas mulheres.

Agora, há um outro assunto que me faz subir a esta tribuna. Gostaria de falar, deputado Robinho, e chamar o meu discurso de hoje de “bife a cavalo”. Fiz um discurso,

inclusive, a presidente que estava presidindo a sessão foi a deputada Ivana, em que eu falei que “cortaram a corda do burro”. Mas, hoje, Robinho, é “o bife a cavalo”.

E o que é esse “bife a cavalo”, meu caro deputado Euclides? É um prato muito conhecido que tem a sua origem em Portugal, mas é muito preparado aqui, no Brasil, em que se usa um ovo e um bife. Se você for olhar, a galinha fez alguma força para que existisse aquele ovo. E, meu caro deputado Robinho, que é criador de gado, assim como o deputado Euclides, para existir o bife, um boi ou uma vaca teve que morrer para que existisse aquele bife. E onde entra o cavalo nessa história? Apenas com o nome.

O que nós estamos vendo no dia de hoje é o empréstimo que o governo federal inventou, deputado Arimateia, que é um verdadeiro bife a cavalo, no qual o trabalhador, que já está com a carga tributária absurda, a alimentação mais cara a cada dia que passa... o governo, agora, inventou o empréstimo em que a garantia do pagamento, deputado Emerson, é o FGTS do próprio trabalhador. E onde é que o governo entra nessa história? Exatamente no bife a cavalo.

Uma parte da população, deputado Pedro, está fazendo força, assim como a galinha faz, para sobreviver; outros já não conseguem mais viver, estão morrendo como o boi está morrendo. Mas e o cavalo? Está só fazendo noticiário, gastando fortunas com a mídia para propagar um empréstimo que não existe; no final das contas, é a poupança do próprio FGTS. O credor pode pegar 35% do seu salário, descontado na sua folha, diretamente no pagamento. E o nível de endividamento da população só aumentando. Nós estamos vivendo num verdadeiro bife a cavalo.

Esse é o presidente que está preocupado com os brasileiros, esse é o presidente e o governo que estão preocupados com o trabalhador que ganha um salário-mínimo, com o trabalhador que ganha até R\$ 2 mil.

Que Deus tenha misericórdia do Brasil, porque essa é a realidade que nós estamos vivendo no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos da imprensa, servidores, galerias.

Venho aqui, Sr.^a Presidente, na tarde desta terça-feira, para parabenizar a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, e também o Ministério do Turismo, na pessoa do ministro Celso Sabino.

A Bahia neste ano quebrou mais um recorde, deputado Robinho, na atração de turistas internacionais, fruto do empenho do grande ministro Celso Sabino para atrair novos voos internacionais, novos destinos para o nosso estado. Neste ano, deputado Marcone, foram mais de 15 mil turistas que chegaram na época do Carnaval, vindos de diversas partes do mundo, isso através desses voos, diretamente para o nosso aeroporto de Salvador.

A gente se sente bem em poder receber o turista, se sente bem em ver a mola propulsora do desenvolvimento vindo da indústria do turismo, gerando emprego, gerando renda. Mas a gente apresenta nesta Casa um projeto para que também se possa

fazer o roteiro turístico do interior do estado, mostrando também o grande potencial turístico, deputado Euclides Fernandes, que tem o nosso litoral, partindo da querida Mucuri até a cidade de Jandaíra, onde fica Mangue Seco. É um vasto litoral que nós temos para ser mostrado, atraindo cada vez mais turistas.

Precisamos levar o turismo religioso além de Bom Jesus da Lapa, mas também para Monte Santo; precisamos levar o turismo de aventura de Paulo Afonso, mostrando o potencial turístico do Raso da Catarina; precisamos mostrar os belos parques da Chapada Diamantina, deputada Ivana Bastos. Precisamos trazer porque não só com a indústria automobilística, não só com a indústria de produção, mas também, sim, com a indústria do turismo, proporcionando emprego e renda, deputado Hilton, a gente pode alavancar a economia do nosso querido estado.

Então, essas forças que se unem, através da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, na pessoa do secretário Maurício, com o Ministério do Turismo, na pessoa do ministro Celso Sabino, vêm trabalhando para elevar cada vez mais o turismo em nosso estado. E a gente pede o apoio também desta Casa, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, para estarmos juntos, trabalhando para ajudar o turismo em nosso estado.

Também, Sr.^a Presidente, quero vir a esta tribuna para lembrar a todos os colegas deputados da importante audiência pública para tratar da legalização e da regularização do garimpo na Região do Sisal e em toda a Bahia. Precisamos nos unir. São muitas pessoas que precisam do apoio desta Casa, deputada Fátima Nunes, para encampar essa luta, essa luta de pais e mães de família que querem trabalhar de forma regularizada, com o garimpo organizado, e estão sofrendo pelas burocracias da Agência Nacional de Mineração, e de todos os órgãos competentes, para lhes travar o georreferenciamento das áreas determinadas...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e destinadas às PLGs, pois os garimpeiros querem trabalhar de forma organizada e mostrar a toda a sociedade que o garimpeiro não é bandido, deputado Euclides.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente, Ivana Bastos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado...

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr.^a Presidente Ivana, desculpe-me, questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Questão de ordem do deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. Marcinho Oliveira: Eu falei da importante audiência pública e esqueci de dizer a data. Será na sexta-feira, dia 28, às 9 horas, no Auditório Lindaura Carneiro, em Santa Luz.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Fabrício Falcão pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Boa tarde, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, saudar a cada um, a cada uma de vocês neste momento, saudar o servidor do Judiciário e dizer que, assim que chegar à comissão, estaremos à disposição aqui para votar esse projeto importante para essa categoria tão importante do Judiciário da Bahia

que são vocês, técnicos do judiciário em todo o estado, em cada um dos 417 municípios da Bahia.

Sr.^a Presidente, eu também queria, aqui, hoje, saudar os novos comandantes das forças de segurança da Bahia: o coronel Magalhães, que substitui, agora, o coronel Coutinho, um grande comandante da nossa Polícia Militar, que fez um trabalho muito bom na segurança pública em cada local deste estado. Figura muito querida, coronel respeitado. Existem muitos motivos para parabenizá-lo; saudar o novo comandante Magalhães e desejar que ele faça um grande trabalho, comungando com a nova diretora do DPT, da Polícia Civil; o novo diretor da Polícia Civil; também o novo comandante do Corpo de Bombeiros, o coronel Aloísio Mascarenhas, que substitui o ex-comandante-geral do Corpo de Bombeiros da Bahia, o coronel Adson Marchesini, grande oficial do Corpo de Bombeiros da Bahia. Estive recentemente numa agenda importante no município de Macaúbas com o ex-comandante-geral do Corpo de Bombeiros, com a prefeitura municipal, com vereadores, a Câmara presidida pelo vereador Ricardo, com o empresário Robson Nunes, discutindo a implantação de um agrupamento dos Bombeiros Militares para a região do Vale do Paramirim.

Então, foi importante a audiência. Com fé em Deus, o novo comandante, com certeza, irá manter esse diálogo feito por mim com os municípios, com os prefeitos e lideranças do Vale do Paramirim para continuarmos essa luta de implementação desse núcleo do Corpo de Bombeiros naquela região do Território de Identidade Bacia do Paramirim.

Principalmente, quero falar hoje, aqui, orgulhosamente, do aniversário de 103 anos do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, o meu partido, a única agremiação política que tive em toda a minha vida. Neste ano de 2025 eu faço 50 anos de idade, dos quais 30 anos inteiramente filiado e dedicado à luta contra as desigualdades sociais, contra a fome, contra a miséria, dentro desse partido que tenho o orgulho de dizer que fundei em mais de 50 ou 60 cidades da Bahia ao longo dos meus 30 anos, levando a nossa voz, a nossa luta.

Esse partido que neste dia, 25 de março, faz 103 anos, foi fundado em 1922, no município de Niterói, no Rio de Janeiro. Teve e tem grandes figuras na sua política, além de figuras ilustres como o grande escritor Jorge Amado, que foi deputado pelo nosso partido, figuras do nível de João Amazonas, de Renato Rabelo, de Haroldo Lima; o partido também do deputado Fabrício, do deputado Bobô, do deputado Zó, da deputada Olívia, de grandes deputados: Alice Portugal, Daniel Almeida, e de uma luta em defesa da democracia, das liberdades individuais e coletivas.

O nosso partido sempre esteve, com seus homens e mulheres, à frente, deputado Hilton, da luta contra a ditadura, contra ditaduras, contra os regimes autoritários que passaram por este país. Na vanguarda da luta pela democracia esteve e estará sempre o meu glorioso, meu partido, minha bandeira de luta, onde tenho fincada a minha vida,...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é o PCdoB.

Viva o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB! Honra e glória a esse partido que honra o povo brasileiro!

Forte abraço a todos vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, primeiro, externar minha alegria por ver esta Mesa florida, recheada com mulheres, neste mês importante, o mês da mulher. Parabenizo a nossa presidente Ivana Bastos e todas as deputadas presentes.

Gostaria de falar sobre um tema que me deixou muito preocupado. Nesse último final de semana, eu tive a oportunidade de visitar a importante região de Irecê e saí de lá preocupado e assustado, porque a região está sofrendo com uma grave crise, crise hídrica jamais vista naquela região. Uma seca vem assolando toda a região, preocupando todos os moradores da importante região de Irecê. Os poços artesianos têm secado, há perda de safra e de animais, que já não têm como serem sustentados pelos pequenos agricultores, ou seja, o rebanho corre o risco de ser dizimado.

Eu queria pedir à sensibilidade do governo do estado para que instale um comitê de crise na região de Irecê, para que possa definir ações específicas para amenizar os efeitos da seca que vem transformando e deixando tanta preocupação àquela região. É fundamental, emergencial. Têm de ser tomadas medidas rápidas para que essa crise hídrica seja sanada ou, pelo menos, amenizados os efeitos devastadores na região de Irecê. Eu quero pedir sensibilidade ao governador do estado, que instale o mais rapidamente possível o comitê de enfrentamento à seca na região de Irecê.

A associação de prefeitos já realizou uma reunião lá, e demonstrou os efeitos negativos que a seca vem causando na região de Irecê. Vai haver outra reunião de prefeitos na semana que vem, no sábado que vem, e eu quero sugerir ao governo do estado que participe dessa reunião, já com a instalação do comitê de enfrentamento à seca de Irecê, levando as secretarias relacionadas a esse tema, para que possam dali já saírem medidas para amenizar essa seca que vem assolando a região de Irecê.

Eu quero deixar, aqui, essa preocupação, e quero pedir também a esta Casa para que possa fazer também com que o governo do estado se sensibilize e tome ações mais do que necessárias para amenizar essa seca.

Gostaria de falar também de uma estrada importante, a BA-491, estrada que liga Governador Mangabeira a Cabaceiras do Paraguaçu; é uma estrada que liga a BR-101 à BR-116. Essa estrada está em péssimas condições, totalmente esburacada, prejudicando o direito de ir e vir, prejudicando o comércio, prejudicando o turismo.

Aquela região é muito importante. Você chega a Cabaceiras do Paraguaçu, atravessa o rio na balsa e vai sair na BR-116, no município de Santo Estevão. Quem utiliza com frequência aquela estrada está sofrendo muito. Eu queria pedir ao consórcio ou à Secretaria de Infraestrutura e ao governo do estado medidas urgentes para recuperar esse importante estrada. Repito, uma estrada importante que liga a região, liga a BR-101 à BR-116, e que precisa da atuação do governo do estado, atuação do consórcio o mais rapidamente possível. Ninguém aguenta mais transitar por aquela estrada em péssimas condições.

Para finalizar, eu queria falar, vejo ali os vereadores de Ilhéus, sobre uma questão importante: Ilhéus, esse município tão importante...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que tem, hoje, uma gestão séria e comprometida. Queria pedir ao governo do estado que fizesse a manutenção e a iluminação de um trecho que é de responsabilidade do governo do estado, o trecho que vai do entroncamento da Catedral, passa pela Ponte Nova e chega até o Opaba. É uma escuridão muito grande. E o que a gente vê é que não tem tido a manutenção do governo do estado,...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para concluir, presidente.

(...) a manutenção e a iluminação. Se o governo do estado não tiver essa condição, pode fazer uma parceria com a prefeitura, porque a prefeitura está disposta a assumir para cuidar do município de Ilhéus, porque o município de Ilhéus não quer escuridão, quer luz, quer sorriso, quer desenvolvimento. E é isso que a gente tem feito, trabalhado ao lado do nosso prefeito e amigo Valderico Reis para que essa cidade tenha um futuro promissor e o futuro que ela merece.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr.^a Presidente, deputada Ivana Bastos, deputada Fátima Nunes, nossa vice-presidente, quero cumprimentar as nobres deputadas na pessoa da deputada Olívia Santana, parabenizando-a pelo seu aniversário, que se dá conjuntamente com os 103 anos de vida do Partido Comunista do Brasil. Esse partido que tem um legado de serviços prestados à democracia neste país, partido que é um dos principais aliados desse projeto que vem construindo a democracia brasileira, o desenvolvimento com inclusão social. E o foi desde lá atrás, quando apenas o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores acreditaram nesse projeto, junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi levado à presidência. Então, hoje temos que, aqui, dar os parabéns à luta desses camaradas do Partido Comunista do Brasil.

Quero cumprimentar também os servidores do Judiciário que se encontram aqui, em luta.

Quero falar um pouco sobre o que o deputado Rosemberg Pinto falou hoje: dois lançamentos que foram feitos pelo nosso governador Jerônimo Rodrigues. Mas queria registrar que no final da semana passada o governador lançou um dos programas mais importantes deste estado, principalmente para o interior do estado.

Deputado Robinho, aqui nós sempre temos polêmicas quando vamos tratar de empréstimos para o governo. Um governo que arrecada pouco, ele tem que antecipar receitas para, justamente, fazer os investimentos necessários ao desenvolvimento deste estado.

Esse programa se chama Parceiros da Mata, e o nome é bastante sugestivo pelo momento que a gente vive no mundo. Nós não somos independentes da natureza, ao contrário, nós somos interdependentes, nós dependemos, nós somos parte da natureza. E o governador Jerônimo, utilizando um desses empréstimos que foi feito junto ao BID e junto ao FIDA, com a autorização desta Casa, lançou esse programa, que é um

programa de inclusão social, mas também é um programa de preservação desse bioma que é a Mata Atlântica, tão importante para o nosso estado e para o nosso país.

Esse programa vai atender a mais de 70 municípios... exatamente 71 municípios do nosso estado localizados no litoral, onde está a maior população deste estado e deste país, que se estabeleceu primeiro no litoral e onde continua habitando, mas que tem que conviver harmonicamente com a natureza e com esse bioma tão exuberante que é a Mata Atlântica.

Quais foram os pontos e quais são os princípios desse programa que nós temos que debater? Primeiro, a preservação dos recursos naturais. Então, é um programa de inclusão produtiva, de inclusão socioprodutiva, mas que tem como centralidade a conservação e a preservação do bioma Mata Atlântica. Preservar esses recursos é um dos princípios dos mais importantes.

O outro é o crescimento. Ele tem que ser ambientalmente sustentável. Então, não adianta mais falar em crescimento, porque a gente destrói os nossos bens da natureza. O que se chama de bens, de recursos naturais? São bens que são econômicos, mas são bens que têm que atender à sociedade como um todo. Então, ter a questão da sustentabilidade como o centro do desenvolvimento é fundamental.

O outro, o aumento de renda e a diversificação da produção na natureza. Então, se a gente não tiver capacidade de fazer a inclusão mediante a geração de renda, aquelas pessoas não vão ter condição de subsistência e vão recorrer à exploração daqueles recursos, destruindo-os.

Por isso que é preciso, para cuidar da natureza, a gente cuidar da nossa gente, dar condições àqueles que, de fato, protegem a natureza, que são os povos que vivem na mata, que são os povos que vivem nas águas, as nossas águas. Que eles tenham condições dignas de sobrevivência para que continuem preservando, para que continuem conservando os nossos biomas.

E está provado por pesquisa que 90% das áreas preservadas no mundo são preservadas justamente por 5% da população, da população originária em sua maior parte. Então, onde tem indígena, onde tem quilombola, onde tem população ribeirinha nós temos mais proteção à natureza. Então, cuidar desses povos é a nossa obrigação.

O outro vem com a ampliação de serviços essenciais. Que as políticas públicas cheguem a essa população com os serviços do estado, com educação, com saúde.

Então, vejam a amplitude de um programa público de políticas públicas que veio da aprovação de um empréstimo por esta Casa.

O outro vem com o compromisso do projeto dos parceiros da mata com a promoção de sistemas produtivos resilientes e recuperação ambiental. Para isso, é preciso também fazer muita capacitação.

Então, nós temos que falar aqui, e aqui tem muito deputado que é da Região Sul, do Extremo Sul, que nós temos ali um dos sistemas de produção, um dos sistemas agroflorestais mais exitoso do mundo, que é o cultivo do cacau na cabruca. E esse modelo de produção vem lá de trás. Foram os pequenos, os primeiros ocupantes que, com a sua sabedoria, não destruíram a mata como um todo, preservaram-na fazendo uma rareação e dali plantando o cacau. O cacau é uma commodity que tem as suas

crises muito vinculadas aos preços do cacau, mas ali, naquela região, com aquela forma, com aquela topografia, um terreno montanhoso, há terras férteis, ali não cabe destruir nossas florestas.

A cabruca veio para provar isso. Tivemos várias outras alternativas que não deram certo, por isso se apregooou que cacau adensado a sol – a pleno sol – naquela região não dá certo. Nós temos hoje cacau no nosso Oeste, adensado a pleno sol, mas com irrigação em solos planos. Então, aquela região que foi preservada, que foi conservada como mata, se deve a esse sistema agroflorestal. Nós temos nesse elemento o principal: a centralidade da nossa conservação.

Nesse programa, estão inclusas também duas questões fundamentais: a segurança hídrica e o saneamento rural. Nós temos nas cidades um índice muito maior de abastecimento de água e tem muita criança que ainda pensa, ao abrir a torneira, que a água vem da torneira. Estou vendo aqui muitos estudantes, jovens.

Na cidade, temos essa disponibilidade de ter água todo dia e na hora que nós queremos, mas ainda há uma grande população rural que não tem acesso à água potável, não só na Região Semiárida, onde a dificuldade é muito grande, mas também na Mata Atlântica, onde temos veias com o nosso sistema hidrográfico que corta... há muitos rios, há muitos lagos e nós temos ainda essa população. Esse projeto vem no sentido de que possamos resolver isso.

Outro ponto que também é muito importante: não podemos falar em preservar o meio ambiente, conservar o nosso ambiente sem falar em saneamento básico, saneamento do tratamento dos nossos resíduos sólidos, tratamento dos nossos resíduos provenientes do esgotamento sanitário. Essa é a principal fonte de poluição e contaminação das nossas águas. Se nós, com um programa como esse, não incorporarmos a questão do saneamento, já que, no saneamento, toda água corre para o mar... Nossos rios estão sendo totalmente contaminados por esgotamento sanitário, ou por aplicação de agrotóxico, ou por falta de preservação das suas matas ciliares. Então, para trabalharmos esse programa, temos que englobar essa questão, qual seja: para tratar de conservar a Mata Atlântica, nós temos que limpar os nossos rios.

E como se começa a limpar os nossos rios? É justamente tratando, é justamente requalificando, para que se possa ter essas águas voltando para o rio ou indo para o mar, mas águas limpas, águas tratadas, sem contaminação. Esse aspecto desse projeto é fundamental, porque tem uma visão sistêmica do que significa preservar e conservar. Então, essa é a máxima que nós temos que trabalhar em todo o nosso estado.

O Rio São Francisco, o nosso principal rio, chamado “Rio da Integração”, que é o rio mais longo a percorrer o nosso estado, desde as suas nascentes em Minas Gerais até desembocar no mar, no estado de Alagoas, precisa ser revitalizado. E, para ser revitalizado, a gente tem que debater, a gente tem que aprofundar, a gente tem que procurar recursos em todo lugar que for possível no sentido de se preservar esse rio, revitalizar e trazer de volta as nossas águas limpas.

A nossa cidade de Salvador era conhecida como a “cidade dos rios”, “a cidade do mar”. Nós somos uma península banhada pelo mar e fomos capazes de destruir, contaminar, transformar em verdadeiro esgoto todos os nossos rios. Impossível pensar

Salvador, uma cidade com diferenças, desigualdades, diferenças sociais tão grandes, sem se discutir a natureza. Essa população mais pobre, à qual lhe são negados os direitos, vai justamente morar nos lugares de risco, nos lugares de poluição, porque não tem outra possibilidade.

Então, ao se falar do meio ambiente, nós temos que falar do socioambiental, nós temos que falar que é preciso lutar pela igualdade. E, agora, no mundo, de forma assustadora, um supremacista branco, um fascista assume o governo do maior império econômico do mundo. Os primeiros atos dele vieram justamente destruir todas as entidades que cuidavam do social, que cuidavam do socioambiental no mundo como um todo, suspendendo todos os financiamentos. Então, de forma perversa, quer que todos esses recursos naturais apenas se concentrem para um pequeno número de bilionários. Os bilionários cansaram e não querem mais políticos para mediar os seus interesses, eles mesmos resolveram controlar os recursos do mundo. E o que acontece nos Estados Unidos hoje tem a ver com essa realidade e tem a ver com uma indústria voltada especificamente para a guerra. O que eles querem é guerra, o que eles querem é ganhar dinheiro com a morte da maioria da população!

Então, se faz um verdadeiro genocídio na Faixa de Gaza, botam o povo da Ucrânia numa guerra. Nós temos mais de 140 conflitos no mundo que só servem à burguesia bélica que controla a indústria de armas. Guerra não interessa à classe trabalhadora, não interessa ao povo pobre e não interessa à preservação da vida do planeta.

Nós estamos chegando numa fase limite. As mudanças climáticas já ocorreram e nós vamos ter que trabalhar, justamente, para nos adequar, para podermos ter novas formas de viver com as mudanças climáticas. Isso vai precisar de pesquisa, isso vai precisar de muito estudo, isso vai precisar da participação da nossa juventude, porque nós precisamos viver neste planeta. Nós já estamos vendo a situação dos extremos que ocorre no mundo, ou é seca... A Bahia já tem 74 municípios em emergência, cujo decreto já foi baixado, sendo a maior parte por grandes secas que ocorrem e a outra parte é por inundações e chuvas demais.

Então, quem sempre sofre mais é o povo pobre. Por isso, ao lado dessa luta ambiental, é preciso lutar de forma muito determinada para que se acabe com as desigualdades deste país. A justiça climática passa por justiça ambiental, passa por justiça econômica, criando um desenvolvimento sustentável que possa acolher a juventude com generosidade, com perspectiva de futuro.

Que vocês estudem hoje, tenham a oportunidade de conhecer a realidade, de aprofundar a realidade. Estudar é fundamental, mas também que sejam agentes de mudanças. É fundamental estudar numa escola pública como a que o governador Jerônimo coloca hoje como sendo o modelo referencial. Está provado que o acesso à educação integral facilita o acesso à universidade e aumenta a capacidade do estudante, porque a inteligência tem que ser exercitada. Vocês estão numa escola onde há a possibilidade de ter o reforço escolar, onde há a oportunidade de praticar um esporte, onde há a oportunidade de tocar um instrumento. Então, a arte, a música, o lúdico também, são muito importantes para que se possa desenvolver a inteligência. Eu acho muito importante a presença de vocês aqui, principalmente de vocês que são estudantes da escola pública. Isso é fundamental.

Mas, voltando aos princípios, o governador coloca que o projeto Parceiros da Mata... Esse projeto também tem um fato inusitado, porque a CAR e a SDR passam a investir, com mais vigor, na Mata Atlântica, no Sul, no Baixo Sul da Bahia. E quem mora ali e tem uma questão fundamental?

O projeto Parceiros da Mata dedica atenção especial a grupos em situação de vulnerabilidade, dando grande importância para o desenvolvimento rural sustentável, incluindo jovens e mulheres, incluindo povos e comunidades tradicionais, que são os quilombolas, os pescadores e os nossos índios, que têm que ser protegidos. Assim já são por lei, pela legislação, mas esse programa também tem que dar uma atenção especial para a proteção...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) dessas comunidades, que não vão ser tratadas apenas do ponto de vista do seu desenvolvimento, respeitando o seu meio ambiente, mas também da garantia de sua segurança pelo estado.

Então, eu coloco esse projeto aqui por ele ter surgido da aprovação de um empréstimo importante nesta Casa e por ser diferenciado.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

São R\$ 750 milhões aplicados com esses princípios que abrangem, de forma sistêmica, para que se possa desenvolver com inclusão social, com participação e com preservação da vida.

Então, muito obrigado, Sr.^a Deputada, aniversariante, que ora ocupa o lugar da Presidência.

Salve, essa Mesa repleta de mulheres, maioria esmagadora. Se inverter o processo, vamos dividir 50% homens e mulheres.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): É a Mesa do futuro, deputado Marcelino. (Risos)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Esse futuro vai chegar, vocês queiram ou não queiram.

Gente, eu quero saudar as palavras do deputado Marcelino Galo, mas quero também registrar a presença do Colégio Estadual Aliomar Baleeiro, do bairro de Pernambués. Sejam bem-vindos e bem-vindas a esta Casa.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): O deputado Rosemberg, líder da Bancada da Maioria, pediu uma questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, entendendo que nós temos um acordo para votar os projetos de iniciativa das deputadas e vamos votar sete projetos hoje, com a

dispensa de formalidades já assinada pela Maioria e pela Minoria, eu queria pedir aos deputados da Base do Governo que encerremos neste momento aqui.

Vou usar apenas 10 minutos para gastar com quem quiser falar e pedir ao deputado Tiago Correia que faça a mesma coisa. Seriam 10 minutos para um lado, 10 minutos para o outro; dividiríamos assim e já iríamos para a votação. Às 16h15min, iniciariamos a votação, combinado assim?

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): O.k.

O Sr. Tiago Correia: Projetos das mulheres, não é isso?

O Sr. Rosemberg Pinto: É, projeto das mulheres.

O Sr. Tiago Correia: Eu queria, deputado Rosemberg... O deputado Diego queria fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. Dr. Diego Castro: Sr.^a Presidente, eu queria pedir a V. Ex.^a que está provisoriamente presidindo à Mesa, deputada Olívia, nesta comunicação inadiável... A Mesa está repleta de mulheres e, nesta semana, aconteceu um fato lamentável relacionado à epidemia de violência que ronda o nosso estado: uma jovem chamada Larissa, dentista, foi vítima de uma bala perdida e veio a falecer aqui, em Salvador.

Eu queria, presidente, pedir a V. Ex.^a que, nesta Casa, neste momento, façamos, em respeito à memória da jovem Larissa, que foi mais uma vítima da violência do nosso estado... Em 4 dias, houve quatro assassinatos brutais na nossa Bahia.

Eu queria pedir, em respeito à memória dessa jovem e dessa família, 1 minuto de silêncio e que, coletivamente, esta Casa – principalmente por estarmos com a Mesa repleta de mulheres – encaminhe de maneira formal, por meio dos instrumentos cabíveis, solidariedade a essa família. Obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero solicitar a todos os deputados e todas as deputadas que, por favor, fiquem em posição de respeito para concedermos 1 minuto de silêncio em memória à jovem Larissa.

Eu peço, inclusive, que seja encaminhado para as taquígrafas o nome completo da vítima para que a gente possa fazer 1 minuto de silêncio em memória dela e de todas as vítimas da violência no nosso estado.

(Faz-se 1 minuto de silêncio em memória de Larissa Azevedo Pinheiro.)

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Larissa presente em nossos corações. Deixamos aqui também a mensagem de solidariedade a todos os seus familiares e amigos.

Eu consulto o líder da Bancada da Minoria se há acordo para dispensa dos tempos de representação partidária.

Com a palavra, o líder da Minoria, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Em substituição ao líder hoje, eu sou vice-líder.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Ah, é, vice-líder, desculpa.

O Sr. Alan Sanches: Presidente Olívia, na verdade, houve um acordo proposto pelo deputado Rosemberg e nós aceitamos. Falará dois deputados do lado da Oposição e outros dois do lado do Governo; depois suspendemos os tempos partidários e vamos para a votação.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): V. Ex.^a falará?

O Sr. Alan Sanches: Falarei por 5 minutos e o deputado Arimateia por 5 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Com a palavra, por 5 minutos, o vice-líder da Bancada da Oposição, Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Muito obrigado.

Gente, queria saudar todos os deputados presentes e demais pessoas que nos acompanham. O que eu queria chamar a atenção... Eu quero falar de política aqui, quero falar de política, porque o Marcelino já fez uma grande dissertação. V. Ex.^a deixou o celular aqui, ouviu Marcelino?

Eu queria falar da última pesquisa, não quero nem falar da *Quaest*, eu quero falar da *Paraná Pesquisas* que saiu ontem e coloca o ACM Neto com 56%, Rosemberg, e o seu governador Jerônimo com 30%. A reflexão que a gente precisa fazer é que isso reflete... É claro, uma pesquisa é uma fotografia daquele dia, daquele momento, mas as outras fotografias que estão sendo realizadas se apresentam da mesma forma e o que eu queria era que a gente fizesse uma reflexão do que está acontecendo.

Nós sabemos que... Voltando 2 anos atrás, vamos lembrar que, na eleição passada, nós tivemos o governador do estado com 53% e o ACM Neto com 47%. As pessoas não conheciam o Jerônimo, já que era realmente desconhecido. As pessoas não conheciam o governador Jerônimo e, mesmo assim, a força de um grupo político o levou a ter 53% e ele ganhou majoritariamente aquela eleição.

Hoje, depois de quase 2 anos e meio, as pessoas já conhecem o governador Jerônimo e sua capacidade administrativa, técnica, política. Ele talvez tenha rodado o estado mais do que qualquer outro governador e acho que, sim, primeiro ele queria se fazer conhecido. Então, as pessoas hoje já conhecem o governador Jerônimo, com muitas selfies, muito trabalho no interior, muitas visitas em vários municípios.

E o que aconteceu? Hoje ele é conhecido, hoje conhecem a capacidade administrativa dele e ele recuou, caindo de 53%, que teve em outubro para novembro de 2022, para 30%. Vejam que ele perdeu 23 pontos percentuais e hoje ele atinge a sua reprovação – a reprovação do governo Jerônimo é maior que a aprovação dele –, por quê?

Primeiro, não conseguiu cumprir as suas promessas de campanha.

Vou falar como eu sempre tenho falado aqui, pois eu não aguento mais falar sobre a fila da regulação. Ele prometeu resolver e, hoje, sequer dá uma palavra.

Poderíamos falar dos piores índices que envergonham nosso estado com relação à educação, deputado Hilton. Ele não consegue avançar.

A gente pode falar da segurança pública. Meu Deus! Infelizmente, a gente teve que ler nos noticiários que a dentista que estava indo para o trabalho perdeu a sua vida num tiroteio na avenida mais movimentada do estado da Bahia – não é de Salvador, é do estado da Bahia – e, depois disso tudo, resolveu mudar a cúpula da segurança pública.

A questão... Não, eu sou um homem extremamente esperançoso, mas o que precisa mudar é a cabeça do governador. Ele precisa chamar a responsabilidade da

segurança pública para si; ele não pode apenas delegar. Ele tem que delegar, é claro, a função é do secretário de segurança, mas as pessoas que trabalham na segurança pública – os agentes, os policiais, o próprio secretário – têm que sentir que a segurança pública hoje é prioridade no estado da Bahia, com os investimentos necessários, com o tratamento necessário, o que hoje a gente não vê.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Eu consigo perceber que ele tem dado maior importância às viagens, às viagens que ele faz e às fotografias que ele procura tirar, porque ele precisa ficar conhecido. Mas, com a sua tolerância, deputada Olívia, essa pesquisa mostra que ele já é conhecido; o que se precisa é de gestão.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Calma, deputado Zé Raimundo, já estou terminando. Com a sua tolerância eu queria só agradecer...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a todos vocês.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Acabou o tempo. (Risos)

Obrigada, deputado Alan.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Passo imediatamente a palavra, por 5 minutos, para o deputado Diego Castro.

O Sr. José de Arimateia: Não, Excelência, desculpe, eram 10 minutos, sendo 5 minutos do Alan e 5 minutos do Arimateia, hein, Alan?

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Dois de cada, então, vocês têm que se resolver.

O Sr. José de Arimateia: Dois minutos?

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Não, escute, dois oradores de cada: 2 do Governo e 2 da Bancada da Minoria. Chegou aqui a informação de que o segundo seria o Diego Castro, mas o deputado Alan já está retificando que é V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, só uma coisa, quando o deputado Diego... Com a tolerância de V. Ex.^a e do líder, eu achei que o Diego já tinha falado na sua comunicação inadiável, então eu queria só pedir a tolerância ao nobre colega para que a gente fizesse 3 minutos e 3 minutos, entendeu? Eu acho que 3 minutos e 3 minutos.

O Sr. José de Arimateia: Não dão; 3 minutos não dão, não.

O Sr. Alan Sanches: 5 minutos e 5 minutos.

O Sr. José de Arimateia: Nem 5 minutos dão.

O Sr. Alan Sanches: Pronto, vai só falar e...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não tem problema, não.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Obrigado, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Do lado de cá, vão falar os deputados Marccone, Zó e Robinson.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): O.k.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Com a palavra o deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, é um prazer imenso estar aqui mais uma vez, 5 minutos, Sr.^a Presidente, é muito pouco, mas eu sei que é regimental.

Eu venho a esta tribuna, primeiro, para fazer um apelo aos Srs. Deputados. Desde o mês de fevereiro, 19 de fevereiro, que está no Paperless um requerimento para a criação de uma frente parlamentar em defesa da saúde única, de autoria deste deputado.

E eu queria fazer um apelo aos Srs. Deputados, inclusive os da Bancada da Oposição, para que me ajudem a colocar suas assinaturas, só temos sete assinaturas, são necessárias 21 assinaturas para dar a legalidade ao funcionamento. É uma frente parlamentar para a gente discutir mais amplamente a questão da saúde pública, que o povo cobra de vocês, deputados, de nós, deputados, todos.

Então, quero pedir, encarecidamente, ao meu amigo Tiago Correia, que é o líder da Minoria, e ao meu amigo Rosemberg Pinto que acionem os seus pares para completar o funcionamento dessa frente. Desde 19 de fevereiro! Eu quero trabalhar, eu quero ajudar o povo, vocês também querem, então vamos unir forças independentemente de partido, aqui não tem... É uma frente! É uma frente! Então, está feito o registro aqui.

A outra coisa, Sr.^a Presidente, ontem eu estive na cidade de Teofilândia com o deputado federal Márcio Marinho e participei da criação do Sinaterra (Sindicato de Agricultores, Trabalhadores e Empreendedores Familiares Rurais pela Reforma Agrária) de Teofilândia. Foi muito importante a visita do deputado Márcio Marinho, deputado que já tem colocado recursos naquele município e agora vai fortalecer, com certeza, o sindicato de agricultores e trabalhadores daquela cidade.

Todos sabem da dificuldade, sabem que homens e mulheres trabalhadores rurais precisam de um apoio. É por isso que eu quero aqui parabenizar o presidente do Sinaterra, que é o obreiro Nailton, pela iniciativa e pela doação de um espaço para o sindicato, que já tem a sua sede lá na cidade de Teofilândia, região contemplada. Isso vai ser muito importante para o crescimento, o desenvolvimento, das famílias e dos agricultores daquela cidade, então, quero aqui fazer esse registro.

A outra coisa, Sr.^a Presidente, que eu gostaria também de registrar é que eu apresentei uma moção de congratulação pelos 166 anos da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, completados hoje, 25 de março. A Santa Casa tem uma história rica, desde a sua fundação, com o objetivo de prestar assistência médica e hospitalar aos necessitados de Feira e de toda a região ao longo desses anos. Essa instituição merece uma atenção especial deste Parlamento, então eu quero deixar o registro de que eu apresentei essa moção.

Apresentei também outra moção pelo 60º aniversário do Hospital Martagão Gesteira, que, no dia 31 deste de março, final do mês, completará 60 anos de fundação.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Hospital Martagão Gesteira é mais um hospital que tem sido uma referência no atendimento pediátrico, oferecendo serviço de alta qualidade e humanizador. Com 226 leitos e cerca de 27 especialidades, o hospital é um dos maiores hospitais pediátricos filantrópicos do Norte-Nordeste.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

Então, parabéns ao Hospital Martagão Gesteira.

E para concluir, Sr.^a Presidente, eu quero parabenizar também o hospital veterinário de Salvador, que completa 1 ano, 1 ano de fundado. Parabenizo o prefeito Bruno Reis, que teve essa iniciativa importante para a questão da causa animal.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Obrigada, deputada Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Eu chamo imediatamente, para fazer uso da palavra, o deputado Diego Castro, por 5 Sr.^a Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui presentes no dia de hoje e a *TV ALBA*, que transmite esta sessão à Sua Excelência, o povo da Bahia.

Presidente, eu fico me perguntando onde vamos parar com esse estado do caos em que se transformou a nossa Bahia. O estado que tinha a referência, no passado, de ser a terra da alegria, como já foi chamado, apelidado, terra de um povo bom, acolhedor, hoje virou o inferno do Brasil, inferno este que tem, como eu digo e repito aqui – a repetição é didática para o aprendizado –, as digitais desse governo. É um governo esquerdista, governo que tem uma política de leniência com a criminalidade, que adora passar a mão em cabeça de bandido e sustenta isso que chamamos de “estado bandidolatra”, essa é a verdade.

Eu queria fazer o meu discurso tocando em duas questões, duas questões que hoje mostram o tamanho do calabouço de insegurança que virou o estado da Bahia, estado do PT, de Lula, Wagner, Rui e Jerônimo (“Zerônimo”, o atual governador, porque estamos em último lugar em tudo).

São casos estarrecedores, olha que recorte estarrecedor, peguem os jornais dos últimos 4 dias: quatro assassinatos, ou melhor, quatro mortes brutais, inadmissíveis, estarrecedoras, em nossa cidade, em nosso estado, principalmente em Salvador. A jovem Larissa, dentista, cheia de sonhos, que teve a sua vida interrompida com pouco mais de 27 anos de idade, vítima de uma bala perdida, perdida não, achada, vinda de um vagabundo que, felizmente, foi para a vala por conta da reação imediata de um agente de segurança que merece todos os louvores desta Casa, os parabéns.

Ele merece uma promoção. Se fosse um governo sério, ele seria promovido por bravura, pelo que ele fez, mas, como estamos num governo “bandidolatra”, ele corre o risco de ser expulso da corporação, porque ele foi lá e evitou que matassem muitas outras vidas, como a da jovem Larissa.

Temos também o caso da senhora de 80 e tantos anos que tomou tiro no rosto no centro da cidade, em plena luz do dia, em um acerto de contas de dois criminosos; o do jovem que foi arremessado, presidente Olívia – provisoriamente na presidência

–, um jovem negro, pobre, da periferia, presidente, trabalhador, jovem negro, arremessado de um viaduto, tinha 17 anos, e foi morto por um criminoso.

Eu me pergunto, Sr.^a Presidente: cadê os movimentos de defesa dos direitos humanos? Prestou solidariedade a este jovem? Solidarizou-se com a família? Cobrou com rigor a punição desse vagabundo que está aí solto? Não, presidente, porque não foi um menino bom que trocou tiros com a polícia e foi abatido. Para esse, sim, o estado e os movimentos, principalmente o movimento negro, ficou caladinho até agora, não se posicionou para falar da violência contra o povo preto e pobre da periferia, porque, para essa gente, o que vale é o discurso ideológico para manter essa farra que aí está.

Porque, quando a violência acabar, que é o que eles menos querem, eles não vão ter como alimentar discurso de militância política, por isso estão longe de querer que a violência acabe e, sim, defendem a “bandidolatria”, essa é a verdade.

E o que vamos fazer com o que está acontecendo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, eu concluo, presidente.

(...) no Extremo Sul da Bahia? O que será feito? Essa é a pergunta. Foram 80 propriedades invadidas e 40 decisões judiciais de reintegração de posse. E olhem que absurdo, a Bahia é o único estado do Brasil – que eu tenho conhecimento – que, para uma decisão de reintegração de posse ser cumprida, precisa da autorização de quem? Da Casa Civil, que está lotada onde? No Poder Executivo, o poder que administra.

Olhe que absurdo, até uma decisão do Judiciário depende da anuência do Executivo no nosso estado, como nesse caso. É absurdo! Decisão judicial se cumpre, não tem que se contestar. Pronunciamento judicial é título executivo, o cumprimento é imediato, presidente, não é de caráter recomendatório, não tem que passar por análise para anuência de órgão de Poder nenhum. É o que preconiza o art. 515 do Código de Processo Civil, que na Bahia não funciona...

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): O tempo... o tempo, deputado. São apenas 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) porque temos um governo que é inimigo da propriedade, inimigo do cidadão de bem, inimigo dos humanos direitos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): V. Ex.^a já extrapolou o tempo.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) que merecem os direitos humanos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Quero convidar agora, para fazer uso da palavra no tempo do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB... Aliás, esse já falou. Eu concedo a palavra ao deputado Marcone para falar por 5 minutos no tempo do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante e, em seguida, o deputado Robinson.

O Sr. Rosemberg Pinto: Fizemos um acordo para suspender todos os blocos partidários: três de um lado e três do outro. Os três da Oposição já falaram e agora é a vez dos três da Base do Governo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Olívia Santana): Foi exatamente isso!

Com a palavra o deputado Marcone por 5 minutos.

O Sr. MARCONE AMARAL: Boa tarde, Sr.^a Presidenta, já parabenizando a senhora pelo seu aniversário, saúdo toda essa Mesa e quero dizer que, nos 2 meses em que estou aqui na Assembleia, presidente, essa é a Mesa mais bonita que eu já vi até o momento. Quero saudar também todos deputados e deputadas aqui presentes, a população e a imprensa.

Hoje eu venho falar rapidamente sobre três temas, Sr.^a Presidente. Primeiro, eu quero falar do maravilhoso evento que aconteceu no dia de ontem, quando a nossa secretaria de Assistência Social, juntamente com o nosso governador Jerônimo Rodrigues, fez o maior anúncio de investimentos nas políticas de assistência social para o estado.

Eu fui prefeito de Itajuípe entre 2017 e 2022 e sei como é difícil fazer políticas públicas para a assistência social hoje, com a pasta engessada praticamente em um único Orçamento, o do governo federal.

Ontem, com um investimento de mais de R\$ 150 milhões, o governador Jerônimo Rodrigues fez história porque agora, sim, as secretarias de Assistência Social dos municípios poderão ter fôlego para se planejarem, até mesmo porque o repasse agora será de forma mensal. Eu recebi muitas secretárias e secretários de Assistência Social parabenizando o nosso governador por essa grande iniciativa.

Segundo ponto, presidente, eu gostaria de registrar aqui a moção de aplausos que fiz na Assembleia Legislativa, que já saiu no *Diário Oficial* de hoje, à reeleição do nosso presidente da CBF, o baiano Ednaldo Rodrigues.

Fui jogador de futebol profissional, campeão baiano em 2000 pelo meu Vitória, e lá estava Ednaldo Rodrigues como presidente da Federação Baiana de Futebol, na qual recebi o troféu das mãos dele. Passados 25 anos, nós temos um baiano de Vitória da Conquista que chegou no Rio de Janeiro, num mercado tão difícil, que é o mercado do futebol, um baiano desbravando, sendo reeleito por aclamação como o presidente da maior entidade de futebol do país e uma das maiores do mundo, que é a CBF. Portanto, é um orgulho para nós termos Ednaldo Rodrigues como presidente da CBF.

E mais, nós temos a alegria de ter como vice-presidente também o nosso atual presidente da Federação Bahiana de Futebol, Ricardo Lima, que faz um grande trabalho aqui na Bahia, que se destaca em nível nacional e estará agora presente, lado a lado com Ednaldo Sr.^a Presidente, gostaria de falar do dia de hoje, um dia emocionante ao lado do governador Jerônimo Rodrigues, quando nós recebemos o anúncio de um pacote de meio bilhão de reais para celebrar o aniversário de 476 anos da cidade do Salvador.

Serão obras importantíssimas na área da saúde, na área da infraestrutura, na área da educação, mas, principalmente, na área em que eu militei por muitos anos, a área do esporte, que vai receber R\$ 50 milhões para a construção de uma nova arena esportiva em nível internacional para receber jogos de quadra, para receber modalidades olímpicas, que, sem sombra de dúvida,...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) trará Salvador para outro patamar em nível de esporte no Brasil.

Portanto, quero aqui agradecer ao nosso governador Jerônimo Rodrigues, agradecer a toda a sua equipe por esse grande presente de meio bilhão de reais em obras importantes para os baianos e para as baianas que Salvador ganha.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(A deputada Ivana Bastos reassume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Sr.^a Presidente, é um prazer saudá-la, é a primeira vez que faço a saudação a V. Ex.^a, quero saudar a Mesa em nome da deputada colega Olívia. Hoje tem duplo aniversário, hoje é aniversário de nascimento da nossa querida deputada e é também aniversário de nascimento do nosso partido, o Partido Comunista do Brasil, o meu partido, o partido de Olívia, o partido de Haroldo Lima, o partido de João Amazonas, o partido de Jorge Amado, o partido do deputado Daniel Almeida, de Fabrício, de Bobô, de Alice, o partido da juventude brasileira, o partido dos trabalhadores e das trabalhadoras deste Brasil, o partido da classe operária. E eu queria fazer essa saudação aqui em nome do nosso partido, em nome da luta histórica dos 103 anos do partido, agremiação da qual eu faço parte há 40 anos.

E é com muito orgulho que eu saúdo mandando uma saudação aos comunistas brasileiros, baianos, especialmente aos comunistas do “Seara Vermelha”, como escreveu Jorge Amado, das margens do Rio São Francisco, de Juazeiro, do Sertão baiano.

Nós temos muitas histórias dos comunistas do Sertão baiano, eu queria fazer esse registro com muito orgulho de ser comunista, apesar de terem reacendido, reavivado, o medo e a mentira, sobre comunistas, de que a gente come criancinhas. Na verdade, as grandes transformações que se deram no mundo se deram ou por meio das gestões socialistas ou por impulsionamento dessas transformações no mundo socialista.

Mas, presidente, eu queria fazer o registro aqui de duas moções de pesar. Uma moção muito especial, meu querido Hilton Coelho e professor Zé Raimundo, é para um conterrâneo do deputado Roberto Carlos, o músico, uma reserva cultural, um folclorista da cidade de Uauá chamado Zé de Auto. Sei que, de agora em diante, pela falta da presença física de Zé de Auto, as noites de reisado, o São João, os folguedos, as festas populares, Hilton, em Uauá, não terão a mesma luz na Pátria dos Vagalumes. Zé de Auto é quem animava os reisados, as alvoradas tradicionais da cidade, presidente.

No São João de Uauá, quando dá 4 horas, 5 horas da manhã, ninguém vai para casa porque vai acompanhar as tradicionais alvoradas, que hoje em dia acontecem em poucos lugares no Brasil inteiro. É uma tradição... Teve um ano em que levei uns amigos de Santa Catarina e eles ficaram maravilhados com aquela festa, e a festa era conduzida por Zé de Auto.

Eu quero propor à comunidade de Uauá, à gestão de Uauá, que o próximo São João, que o prefeito se sensibilize, seja em homenagem a Zé de Auto, para quem eu

faço esse registro aqui hoje, esse registro em homenagem a essa figura importante que eu tive o prazer de conhecer e com ele festejar, juntos, muitas festas em Uauá, reisado, São João... E olhe que eu sou festeiro por natureza, por ser nordestino e beiradeiro de rio como eu sou, adoro as festas populares, e Zé de Auto vai fazer muita falta em Uauá.

Era um sanfoneiro, Zé Raimundo e Hilton Coelho, que tocava oito baixos, sanfona de oito baixos, um dos poucos que ainda tocava no Sertão nordestino. Zé de Auto tocava sanfona de oito baixos, a mesma sanfona que Januário, pai de Luiz Gonzaga, tocava.

Quero registrar também a moção de pesar que eu coloquei para o secretário de Obras e Infraestrutura do município de Rodelas, o meu amigo Kekeu, que na verdade era Alvanklei Fonseca Soares. Mas o Kekeu, uma figura alegre também, nos deixou há dias, e eu faço esse registro porque são duas figuras importantes para suas comunidades, tanto na política, na gestão, que foi o Kekeu, como na cultura, que foi o nosso saudoso e querido Zé de Auto.

Então, para a comunidade de Uauá, para a comunidade de Rodelas, quero registrar na tribuna da Assembleia essas duas faltas que são faltas grandes para essas duas comunidades. Um abraço para as duas comunidades e que Deus conforte os familiares e amigos dessas duas figuras importantes para essas duas cidades.

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Com a palavra o deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Boa tarde, que Mesa linda

Para minha surpresa, olhando de cima, aqui, agora, realmente é um fato inédito nesta Casa você ter duas, quatro, seis, oito, nove mulheres aqui na comissão de frente da Mesa dos trabalhos da sessão, e esta é presidida pela deputada Ivana. Quero cumprimentar todas em nome da aniversariante, a deputada Olívia Santana. Como disse o deputado Zó aqui, ela é uma predestinada, o destino quis que ela fosse uma das mais destacadas dirigentes do Partido Comunista do Brasil, que nasceu no mesmo dia em que ela nasceu. Então a Olívia é uma predestinada.

Mas eu quero também saudar, parabenizar o coronel Coutinho, o vice-coronel Machado, que desempenharam um papel muito importante à frente do comando da Polícia Militar nesses últimos 4 anos, e, da mesma forma, desejar muito boa sorte ao coronel Magalhães e ao seu subcoronel Lopes. Que eles possam continuar com o trabalho e a dedicação da Polícia Militar para garantir a segurança pública da Bahia.

Também quero cumprimentar a Dr.^a Heloísa Brito pelo período de dedicação à frente da Polícia Civil e cumprimentar e dar boa sorte ao delegado André Augusto, que vai assumir os trabalhos a partir de então e dar continuidade a essa gestão compartilhada, integrada – liderada por Marcelo Werner e pelo governador Jerônimo Rodrigues – na secretaria de Segurança.

Mas, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje é um dia muito importante para o nosso país, porque está acontecendo, neste momento, o julgamento, pelo STF, da admissibilidade de uma denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República com base em um inquérito levado e conduzido pela Polícia Federal sobre os crimes contra a democracia. Hoje o Brasil vai saber se essa denúncia vai ser acatada ou não e se esses que estão sendo investigados serão transformados em réus.

Quais são as acusações, que não sou eu que estou fazendo, é a Procuradoria-Geral da República, atribuídas aos acusados, especialmente ao ex-presidente Bolsonaro? Liderar uma organização criminosa armada; há outra acusação, tentar a abolição violenta do Estado democrático de direito; terceira, planejar um golpe de Estado; quarta, causar dano qualificado contra o patrimônio da União; quinta, provocar a deterioração do patrimônio tombado.

Então são essas as acusações que, formuladas pela PGR, os ministros da Primeira Turma do STF estão analisando se aceitam ou não.

Eu creio que está chegando o dia 31 de março e, antes de os defensores da ditadura subirem a esta tribuna para desfazer a história e identificar esse dia como uma revolução, eu tenho que reafirmar aqui que foi um golpe militar que instaurou um dos períodos mais nefastos da vida brasileira.

A ditadura militar não só ceifou o Estado democrático de direito, retirou as liberdades individuais, torturou pessoas, irmãos nossos brasileiros, como matou outras pessoas militantes contra o regime e colocou o Brasil num estado de exceção e terror.

Então, esses 20 anos de ditadura é um período para ser permanentemente lembrado para que isso não retorne ao nosso país. Inclusive, uma grande contribuição à memória do nosso país é o filme premiado internacionalmente com o Oscar, *Ainda Estou Aqui*, que retrata a vida da família Paiva que teve o seu líder, o então ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado dentro de sua casa, torturado nos porões da ditadura e desaparecido, o seu corpo nunca foi encontrado. E isso ressignificou a luta de Eunice, a mulher que teve de assumir a liderança da família e a liderança da luta do Brasil pela restauração da verdade, pela denúncia dos crimes cometidos pela ditadura. A sua formação foi na área de Direito para lutar pelos direitos humanos, especialmente das comunidades indígenas.

Portanto, nessas iniciativas, hoje pela manhã, a CCJ aprovou um projeto de nossa autoria que proíbe que nomes de ditadores sejam utilizados para batizar equipamentos públicos como escolas, hospitais, rodovias. E eu agradeço aos deputados que votaram a favor, especialmente à deputada Fabíola Mansur, que foi a relatora dessa matéria. Porque a luta pela democracia é uma luta permanente. O preço da liberdade é a eterna vigilância, porque a nossa democracia continua ameaçada.

O que aconteceu no dia 8 de janeiro não é um ponto isolado, é a tentativa permanente de um grupo político que não aceita as regras democráticas, que não aceita perder eleição, que não respeita as nossas instituições e, certamente, não tem coragem de enfrentar o debate. Como aconteceu agora: um dos filhos do ex-presidente fugiu, correu para os Estados Unidos, não tinha nenhuma ameaça de prisão contra ele aqui. Certamente, ele foi para lá para conspirar contra o país, conspirar contra a nação,

querer reeditar um Brasil colônia, estar a serviço de Trump e companhia da extrema-direita mundial, para desestabilizar o projeto eleitoral de 2026.

Mas nós vamos continuar resistindo, porque não há outra saída para o Brasil. Ou o Brasil se afirma como uma nação independente, soberana, que tem a democracia como seu regime político ou o Brasil vai voltar 200, 300 anos e virar uma nova colônia dos Estados Unidos, que agora está querendo dominar o mundo na briga, na luta insana de Trump para tentar reverter a roda da história e tirar a China e os Brics da concorrência econômica internacional.

Portanto, este mês de março, esta última semana, é o mês de a gente defender a democracia, participar das manifestações como a que está sendo organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais e outros grupos de direitos humanos, como o Movimento Marcha do Silêncio, que estará na semana que vem aqui em Salvador, repetindo mais uma edição para denunciar para toda a sociedade que os crimes cometidos contra os brasileiros não podem ser repetidos, não podem ser silenciados e os ditadores não podem ser homenageados, por isso o nosso projeto de lei.

Ditadores devem sentar-se no banco de réus, responder pelos seus crimes, serem julgados e condenados e não enaltecidos com seus nomes em destaques em escolas públicas, onde os nossos meninos e meninas vão estudar para serem cidadãos, homens e mulheres de bem. Eles não podem ter como referência – como inspiração em seus colégios – ditadores, aqueles que atentaram contra a vida humana e contra a soberania do nosso país.

Portanto, Sr.^a Presidenta, faço daqui, desta tribuna, hoje, uma homenagem à democracia e torço, torço muito, para que o Supremo Tribunal Federal...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) acolha a acusação da PGR, e Bolsonaro e sua trupe possam sentar-se nos bancos de réus e responderem pelos crimes cometidos, o atentado que fez contra a nossa democracia no último dia 8 de janeiro.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Conforme acordo de lideranças, entraremos na Ordem do Dia, por acordo.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Ordem do Dia.

(Lê) “ATO Nº 6.124/2025

A Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, e considerando a vacância no cargo da Primeira Vice-Presidência da Assembleia, convoca os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas para a realização da respectiva eleição, em sessão preparatória no dia 26 de março de 2025, a iniciar-se 20 (vinte) minutos após o encerramento da sessão ordinária.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 março de 2025.

*Deputada Ivana Bastos
Presidente”*

Esse ato será publicado no *Diário Oficial* de amanhã.

Em discussão e última votação o projeto de resolução da deputada Olívia Santana, que será relatado pela deputada Kátia Oliveira:

(Lê) “**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.792/2019**

Cria o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual e importunação Sexual, no âmbito da Assembleia legislativa da Bahia e dá outras providências.”

Pelas Comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Com a palavra a deputada Kátia Oliveira.

A Sr.^a KÁTIA OLIVEIRA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, uma boa-tarde.

(Lê) “*Projeto de Resolução nº 2.792/2019*

Cria o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual e importunação Sexual, no âmbito da Assembleia legislativa da Bahia e dá outras providências.”

Com certeza esse é um projeto que vai ajudar e muito na proteção às mulheres, contra o assédio sexual.

Está de parabéns a deputada Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Aprovado nas comissões, o parecer. Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em discussão única o Projeto de Resolução nº 2.792/2019, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.686/2025). (Publicado no DOEL de 09/08/2019)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Agora estará em discussão e votação Projeto de Lei nº 24.854/2023, de autoria da deputada Neusa Cadore:

(Lê) “*Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna, e dá outras providências.”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Ludmilla Fiscina.

A Sr.^a LUDMILLA FISCINA: O Projeto de Lei nº 24.854/2023, da deputada Neusa Cadore:

(Lê) “*Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna, e dá outras providências.”*

Que seja aprovado, pois essa é uma discussão importante junto a nossa deputada Neusa Cadore, além disso vai contribuir... e não vai ter gastos orçamentários.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Aprovado o relatório nas comissões.
Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto **de Lei** nº 24.854/2023 da deputada Neusa Cadore, **em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.687/2025).**

PROJETO DE LEI Nº 24.854/2023

Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído e incluído, no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna.

Art. 2º - As ações do Mês Maio Furta-Cor serão desenvolvidas, pelos órgãos implicados na temática de saúde mental materna, por meio da organização de debates, palestras, cursos, capacitações, oficinas, seminários, entre outras atividades, priorizando:

I – a conscientização da população sobre a importância da saúde mental materna;

II – o incentivo aos órgãos da administração pública, em especial da saúde, empresas, entidades de classe e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas sobre o tema objeto desta Lei.

Parágrafo único – A critério dos gestores podem ser promovidas campanhas publicitárias, distribuição de materiais informativos e iluminação de prédios públicos com as cores do maio Furta-cor.

Art. 3º - As atividades podem ser realizadas em parceria com entidades, públicas ou privadas, sociedade civil e organizações não governamentais legalmente constituídas.

Art. 4º - É necessário que as ações concernentes de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna sejam divulgadas na rede de saúde do Estado da Bahia.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2023.

Deputada NEUSA CADORE

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Neste momento está em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 21.223/2015, da deputada Ivana Bastos:

(Lê) *“Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência aos Filhos (as) de Mulheres Apenadas e dá outras providências.”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Soane Galvão.

A Sr.^a SOANE GALVÃO: Boa tarde, presidente, boa tarde caros colegas deputados e deputadas, imprensa.

“Em discussão e votação o Projeto de Lei nº 21.223/2015, da deputada Ivana Bastos:

(Lê) *“Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência aos Filhos (as) de Mulheres Apenadas e dá outras providências.”*

Esse projeto não tem gastos e está aprovado por todas as comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Relatado nas comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 21.223/2015 **em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.688/2025).**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.223/2015

Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência aos Filhos(as) de Mulheres Apenadas, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - O Estado da Bahia assegurará, através do órgão pertinente, uma Política Estadual de Assistência aos Filhos(as) de Mulheres Apenadas, uma vez que tais filhos(as) estejam dentro da faixa etária de 0 a 18 anos.

Art. 2º - O Poder Executivo Estadual instituirá a Política de que trata esta Lei tendo como diretrizes:

I - a realização de ações que possibilitem a identificação, o cadastramento, e acompanhamento de filhos(as) de apenadas com o intuito de garantir a segurança, a saúde, atendimento psicológico, educacional e financeiro necessários às crianças em situação de vulnerabilidade social;

II - a qualificação dos serviços públicos para a prestação de atendimento às crianças e aos adolescentes sob a guarda do pai ou tutela de terceiros;

III - o resgate e o acolhimento dos filhos(as) das apenadas em situação de vulnerabilidade social, através de atendimento e acompanhamento psicológico e social, objetivando a minimização dos danos causados.

§1º - A realização das medidas identificadas no inciso I deverão ser mantidas sob sigilo dos órgãos e servidores diretamente envolvidos no projeto.

§2º - Ao cidadão(ã) interessado(a) na informação sobre tal Política serão prestados os esclarecimentos necessários para implementação deste direito e para obtenção correta dos benefícios previstos nesta Lei.

Art. 3º - A Política tem, dentre outros previstos no regulamento, os seguintes objetivos:

I - proteger a criança e o adolescente do isolamento afetivo em relação à mãe;

II - criar condições para que estas crianças e adolescentes sob a guarda do pai ou sob tutela de terceiros tenham um acompanhamento pedagógico, social e psicológico, especialmente pela escola, pelo conselho tutelar e outros órgãos afeitos ao tema;

III - promover acompanhamento escolar, garantindo todas as condições necessárias para sua permanência na escola;

IV - articulação entre os entes públicos no combate a práticas de violência, preconceito, bullying, abandono e negligência contra as crianças e adolescentes filhos(as) de apenadas;

V - garantir aos filhos(as) de apenadas a inclusão em programas de lazer, esporte e desenvolvimento;

VI - qualificar e capacitar profissionais para o atendimento psicológico das crianças e adolescentes, garantindo sua integridade social;

VII - capacitar os agentes penitenciários para atuarem em situações que envolvam as crianças e adolescentes.

Art. 4º - De logo, ficam previstos os instrumentos da Política instituída por esta Lei e abaixo indicados, dentre outros que deverão ser estabelecidos no competente regulamento:

I - Plano Estadual de Assistência aos Filhos(as) de Apenadas, aqui definido como o conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos,

metas e instrumentos de execução e avaliação que consubstanciam, organizam e integram o planejamento e as ações desta Política;

II - o cadastramento das crianças e adolescentes, (cadastro reservado apenas aos órgãos responsáveis), filhos(as) de apenadas que tem direito ao bolsa-família, para garantir sua inclusão e manutenção no programa.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação, período em que será editado o competente regulamento.

Sala das Sessões, 25 de março de 2025.

Deputado ALAN SANCHES
Relator

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 25.090/2023, da deputada Cláudia Oliveira, que determina que maio será o mês oficial de combate à endometriose.

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Boa tarde a todos e a todas.

Sr.^a Presidenta, hoje nós estamos orgulhosas, estamos todas à Mesa, as nove deputadas, comandando essa sessão, ao lado da nossa presidenta Ivana Bastos.

Passo a ler o relatório.

O Projeto de Lei nº 25.090/2023 determina que maio será o mês oficial de combate à endometriose. Fica determinado que esse mês terá nos órgãos de saúde uma atenção especial para o atendimento às mulheres que sofrem com esse tipo de doença.

O projeto tem aprovação legal na Comissão de Constituição e Justiça, portanto tem a nossa aprovação.

Segue agora para o Plenário, pela nossa deputada.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Relatado pela deputada Fátima Nunes, em votação no âmbito das comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 25.090/2023, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.689/2025).

PROJETO DE LEI Nº 25.090/2023

Determina que maio será o mês oficial de combate à endometriose.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que maio é o mês oficial de combate à endometriose.

Art. 2º - Deverão ser realizadas atividades em prol do combate à endometriose, anualmente, com os seguintes objetivos:

I – Divulgar informações sobre endometriose, ações preventivas, terapêuticas, proporcionando esclarecimento à população;

II – Realizar mutirões de prevenção, diagnóstico e tratamento da endometriose;

III – Promover rodas de conversa com especialistas, simpósios, palestras e encontros para debates em torno da endometriose;

IV – Análise dos hábitos de vida da população em cotejo com a endometriose, a fim de compreender as suas relações e como as políticas públicas podem contribuir no combate à endometriose;

V – Debater sobre endometriose e fertilidade, inclusive aspectos psicológicos, divulgando informações e orientações necessárias à população;

VI - Analisar o acesso ao serviço público pelas portadoras de endometriose, a fim de entender como o Estado tem atuado no enfrentamento da doença;

VII - Discutir o processo de reabilitação da mulher portadora de endometriose;

VIII - Debater aspectos em torno da endometriose, relacionamentos e intimidade da mulher;

IX – Realizar estudos, debater com profissionais e divulgar as técnicas mais avançadas de combate à endometriose;

X – Outras ações relacionadas ao combate e enfrentamento da endometriose.

Art. 3º - As ações de combate à endometriose realizadas no mês de maio devem ser incluídas nos calendários do Estado, inclusive nas atividades das policlínicas regionais de saúde.

Parágrafo único. As policlínicas regionais de saúde deverão priorizar, inclusive por meio de mutirões, no mês de maio, os atendimentos por equipe multidisciplinar, acesso aos exames complementares e assistência farmacêutica.

Art. 4º - Os recursos para a execução das determinações desta lei não serão advindos do Poder Público, salvo quando existir previsão orçamentária, devendo ser obtidos por meio de convênios, parcerias, doações e instrumentos correlatos, considerando ser matéria envolvendo saúde pública.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2023.

Deputada CLÁUDIA OLIVEIRA

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 23.996/2020, da deputada Maria del Carmen:

(Lê) “Institui o Programa Estadual de Cuidados para pessoas com fibromialgia – PCPF no Estado da Bahia.”

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidenta, nobres colegas deputadas que compõem essa Mesa, que nunca foi composta só por mulheres. Eu queria pedir aos colegas deputados, deputado Angelo Coronel Filho, deputado Luciano Araújo, deputado Zó, deputado Fabrício, deputado Bobô, Ricardo Rodrigues, Zé Raimundo, Marcone, Cafu Barreto, Roberto Carlos, Marcelino Galo, enfim, a todos os deputados que aqui se encontram, eu gostaria de registrar, deputado Matheus, líder Rosemberg, este momento histórico.

Não é apenas 190 anos sem a primeira presidenta, é a primeira vez que se consegue, no mês de março, votações de projetos de autoria de deputadas estaduais para as mulheres baianas. E isso, deputada Ivana, é fruto da sua articulação, da articulação de nós, mulheres deputadas, mas sobretudo da anuência dos deputados estaduais que compreenderam que política é feita de símbolos e compreenderam a importância do Março Mulher. Evidentemente, deputado Matheus, que todo mês, deputado Cafu, é mês de a gente se dedicar a projetos de mulheres, mas é surpreendente, deputada Ivana, como a sua gestão vem pautando temas importantes. Então, nós temos que ressaltar que esta é uma sessão histórica.

Então, eu quero me permitir, antes de relatar esse projeto, fazer esse registro para os Anais desta Casa, para a imprensa, para a *TV Assembleia* e para todos aqueles que nos ouvem.

A partir daí, quero dizer algo sobre esse importante projeto, deputada Maria del Carmen, o PL nº 23.996/2020, de autoria de V. Ex.^a, que tantas audiências públicas fez sobre fibromialgia. Essa é uma doença negligenciada, muitas vezes de difícil acesso, pelo SUS, ao diagnóstico, ao tratamento e que faz com que milhares de pessoas, sobretudo mulheres, sofram, sofram de dores que são efetivamente pela ausência de tratamento e de acesso ao diagnóstico.

Esse projeto é extremamente importante, com um impacto social gigantesco, esse é o projeto que institui o Programa Estadual de Cuidados para Pessoas com Fibromialgia – PCPF, no estado da Bahia, tendo passado e tramitado por todas as comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Educação, Cultura.

O projeto teve, deputada Ivana Bastos, emendas de sua autoria, que foram fundamentais para que se tornasse esse projeto absolutamente constitucional e legal. Quero parabenizar V. Ex.^a. Nós também tivemos uma contribuição para a adequação do projeto, e nós, com certeza, opinamos pela sua aprovação com as emendas

propostas, já que é legal, constitucional e tem o impacto social gigantesco para a saúde das pessoas com fibromialgia.

Parabéns, deputada Maria del Carmen pela autoria do projeto!
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Relatado o Projeto de Lei nº 23.996/2020.

Em votação, no âmbito das comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 23.996/2020, da deputada Maria del Carmen, **em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.690/2025).**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 23.996/2020

Institui o Programa Estadual de Cuidados para Pessoas com Fibromialgia – PCPF, no Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o Programa de Cuidados para Pessoas com Fibromialgia – PCPF.

Art. 2º - O PCPF/BA possui os seguintes objetivos:

I - ampliar o acesso das pessoas com fibromialgia ao sistema de saúde público, qualificando o atendimento no SUS para esse grupo;

II - estimular a pesquisa científica, contemplando estudos epidemiológicos para dimensionar a magnitude e as características da fibromialgia no Estado, sempre associado às políticas públicas em vigência à nível nacional.

Art. 3º - A pessoa com fibromialgia é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, possuindo os mesmos direitos estabelecidos em outras leis estaduais que tratam do assunto, nas quais deverão ser incluídas.

Art. 4º - O PCPF/BA será desenvolvido de acordo com as seguintes diretrizes:

I - respeito aos direitos humanos, com garantia de autonomia, independência e de liberdade às pessoas com fibromialgia para fazerem as próprias escolhas;

II - atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com fibromialgia, priorizando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e tratamentos;

III - promoção do respeito às diferenças e aceitação de pessoas com fibromialgia, com enfrentamento de estigmas e preconceitos;

IV - atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas;

V - promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde;

VI - participação da comunidade na formulação das políticas públicas para a área, bem como o exercício do controle social na sua implantação, acompanhamento e avaliação.

Art. 5º - O Programa, para os fins que se destina, poderá contar com parceria e integração dos órgãos do Poder Executivo Municipal, bem como parceria público privada com Organizações da Sociedade Civil legalmente constituídas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 2025.

Deputada IVANA BASTOS
Relatora

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 23.772/2020, da deputada Fabíola Mansur:

(Lê) *“Institui o dia 11 (onze) de fevereiro como o Dia Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência e dá outras providências.”*

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Para relatar, a deputada Cláudia Oliveira.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA: Boa tarde, nobres deputados, nossa presidente Ivana Bastos. Eu quero reiterar a fala da nossa amiga deputada Fabíola Mansur, quando diz que realmente Ivana Bastos chegou para fazer um trabalho excepcional, principalmente falando de nós mulheres deputadas. Já no mês das mulheres, nós temos, no dia de hoje, projetos sendo aprovados pelos nobres deputados aqui, no Plenário.

(Lê) *“Projeto de Lei nº 23.772/2020*

Institui o dia 11 (onze) de fevereiro como o Dia Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência e dá outras providências.”

Então, quero dizer, deputada Fabíola Mansur, eu opino pela aprovação desse projeto, e o vejo como muito necessário, porque nós sempre falamos que lugar de mulher é onde ela quiser, que as mulheres podem estar onde desejarem e sempre fazendo realmente um papel, um trabalho excepcional.

E como a senhora coloca aqui instituindo o dia 11 de fevereiro como o Dia Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência, eu vejo como um projeto juridicamente constitucional e legal. Então eu o dou como aprovado.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Em votação, no âmbito das comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 23.772/2020 **em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças (REQ 10.691/2025).**

PROJETO DE LEI Nº 23.772/2020

Institui o dia 11 (onze) de fevereiro como o Dia Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência, destinado reconhecer e estimular a escolha por parte das mulheres e meninas a se tornarem agentes de desenvolvimento científico e tecnológico na Bahia.

Art. 2º - O Dia Estadual das Mulheres e Meninas na Ciência será comemorado, anualmente, no dia 11 de fevereiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de março de 2020.

Deputada FABÍOLA MANSUR

A Sr.^a PRESIDENTE (Ivana Bastos): Eu quero agradecer aos Srs. Deputados, às Sr.^{as} Deputadas, por esta Mesa hoje. Foi o compromisso, na Comissão da Mulher, que no mês de março nós votaríamos projetos de mulher para mulher. Agradeço a sensibilidade dos deputados aqui presentes que votaram nesses projetos e parablenizo as Sr.^{as} Deputadas aqui presentes.

Hoje é um dia histórico, deputada Fabíola Mansur, é um dia histórico, deputadas, é um dia em que nós conseguimos, no mês de março, votar os projetos que foram pautados, todos de deputadas; conseguimos nos sentar à Mesa e mostrar a nossa força.

Obrigada a todos vocês.

Lembrando que amanhã nós teremos votação e eleição da Mesa aqui na Casa.

Não havendo mais nenhum inscrito e nenhuma matéria no Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os (as) senhores(as) Deputados(as): Jordavio Ramos, Nelson Leal e Radiovaldo Costa (03)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.